



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BOA VISTA - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 1º andar - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4702 -
E-mail: j3esp@tjrr.jus.br

Autos n. 0801373-55.2021.8.23.0010

Requerente: Jesus Miguel Perez Lopez

Requerida: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro S/A

Ação: Cobrança

SENTENÇA

Relatório dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95).

Decido.

Cuida-se de ação de cobrança, na qual a parte requerente pretende o pagamento de diferença de seguro DPVAT, ao alegar invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico.

Inicialmente, destaco que reside questão de ordem pública que obsta a análise do mérito, qual seja, incompetência do Juízo em razão da complexidade da causa.

Com efeito, deve ser comprovada a existência (ou não) da debilidade permanente sustentada pela parte requerente na exordial, mormente quanto à porcentagem daquilo que alega que corresponderia ao que é estabelecido em lei.

Logo, verifico que é imprescindível, para a solução do litígio, a regular e formal prova pericial (CPC, arts. 464 e 473, § 3º), o que se revela impossível no âmbito dos Juizados Especiais, dada à sua complexidade (LJE, art. 3º), impondo-se a extinção do processo, sem resolução do mérito.

A matéria tratada nestes autos foi objeto de Súmula de nossa Turma Recursal:

“Considerando que incumbe ao Conselho Nacional de Seguros Privados expedir normas disciplinadoras dos percentuais do seguro DPVAT a ser pago pelas seguradoras integrantes do consórcio, quando se trate de invalidez parcial;

Considerando que para se aferir a graduação da incapacidade se faz necessário o



aprofundamento probatório, como produção de prova pericial detalhada; e

Considerando as fraudes que recentemente passaram a ser detectadas, especialmente quando se trata de complementação de valores devidos em caso de invalidez parcial;

Considerando o posicionamento do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de Turmas Recursais de outros Estados acerca da matéria;

A Turma Recursal RESOLVE, à unanimidade, revogar suas Súmulas n.º 1, 5, 6 e 7 e, também à unanimidade, aprovar a seguinte:

SÚMULA n.º 16

A graduação dos percentuais do seguro DPVAT, quando se trate de invalidez parcial, tendo em vista as regras para sua fixação estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, exige aprofundamento probatório, mormente realização de exame pericial detalhado, não suprido por laudo oriundo de órgãos oficiais. Complexidade da causa que afasta a competência dos Juizados Especiais.”.

Assim, ainda que apresentado laudo médico advindo de órgão oficial, tal documento não seria capaz, por si só, de afastar a necessidade de realização de perícia médica, nos termos do que definido pela respectiva Súmula 16, da Turma Recursal.

Pelo exposto, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, Lei 9.099/95.

Sem custas e honorários.

Após as formalidades processuais, arquivem-se.

Intimem-se. Cumpra-se.

Data, hora e assinatura registradas em sistema.

GUILHERME VERSIANI GUSMÃO FONSECA

Juiz Substituto

